

1 Ata da Reunião Ordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João  
2 – CBHLSJ. Ao décimo quinto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e  
3 cinco, às nove horas e trinta minutos, iniciou-se a reunião no Espaço Le Petit, localizado  
4 na Rua 12 de Outubro, nº 180 – Estação, São Pedro da Aldeia/RJ, tendo como pauta os  
5 seguintes assuntos: **Pauta: 1. Apresentação e aprovação da Programação Anual de**  
6 **Atividades e Desembolso (PAAD) do Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de**  
7 **Araruama e Saquarema e dos Rios São João e Una para o ano de 2026**”. Onde  
8 compareceram os seguintes representantes, conforme lista de presença: **Membros:** Sr.  
9 André Vicente Plastino da Silva (Instituto Chico Mendes de Conservação da  
10 Biodiversidade - ICMBio); Sra. Ana Paula Araújo Pereira (Fundação Instituto de Pesca  
11 do Rio de Janeiro – FIPERJ); Sr. Charles Baptista Rosa (Secretaria do Estado de Defesa  
12 Civil - SEDEC); Sr. Emídio Fernandes de Souza (Prefeitura Municipal de Arraial do  
13 Cabo); Sr. Thiago Dutra Ferreira (Prefeitura Municipal de Iguaba Grande); Sr. Mario  
14 Flavio Moreira (Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia); Sra. Ellen Ramos de  
15 Araújo (Associação dos Amigos da Lagoa De Jacarepiá - AMILA); Sr. Walter Luiz da  
16 Silva Ramos e Sr. Flávio José Scali Reynaldo (Associação de Arquitetos e Engenheiros  
17 da Região dos Lagos – ASAERLA); Sr. Felipe Silva Serpa (Associação Comercial,  
18 Turística, Industrial e Agrícola de São Pedro da Aldeia – ACIASPA); Sr. Arnaldo Villa  
19 Nova (Associação de Defesa da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa); Sr. Felipe Sarquis  
20 Aiex e Sra. Marcela Bonelli Zarur (Associação de Moradores e Amigos do Mato Grosso  
21 – AMAMG); Sra. Edna Ferreira Calheiros Saraiva (Associação das Mulheres  
22 Empreendedoras Acontecendo em Saquarema – AMEAS); Sr. José Carlos Teixeira  
23 (Associação de Pescadores Artesanais no Parque das Garças Integradas); Sr. Carlos  
24 Alberto Cardoso de Oliveira (Associação Socioambiental Nossa Lagoa Viva –  
25 ANOLAVI); Sra. Carolina Mazieri (Cidadania Buziana); Sra. Dalva Rosa Mansur e Sra.  
26 Sandra Barbara de Souza (Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento  
27 Sustentável – IPEDS); Sra. Kátia Regina Martins de Souza Lima (Movimento de  
28 Mulheres de Iguaba Grande – MOMIG); Sra. Talita de Castro Mallmann (Ordem dos  
29 Advogados do Brasil – 48 Subseção de São Pedro da Aldeia); Sra. Irene Alves de Mello  
30 e Sr. Jorge Carmo de Mello (Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João  
31 – ALA); Sr. Joel da Silva Dias (Associação de Pescadores Artesanais de Monte Alto do  
32 1º Distrito – APAMA); Sr. Francisco da Rocha Guimarães Neto (Associação dos  
33 Pescadores Artesanais e Sentinelas da Laguna Araruama - APASLA); Sr. Anderson  
34 Alves (Associação dos Pescadores Artesanais da Praia da Baleia); Sr. Fernando Barbosa  
35 da Silva (Clube Náutico de Araruama); Sra Suzana Nascimento Nunes de Souza  
36 (Concessionária Águas de Juturnaíba - CAJ); Sr. Ricardo Fernando Guadagnin  
37 (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN); Sra. Aline Silva  
38 Araújo (Prolagos S.A Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto) **Entidade**  
39 **Delegatária:** Sra. Adriana Miguel Saad (Secretária Executiva do CILSJ); Sra. Cláudia  
40 Magalhães (Coordenadora Técnico-administrativo do CILSJ); Sra. Karina Amôedo  
41 (Coordenadora Adjunta do CILSJ); Sra. Samara Miranda, Sra. Roberta Costa e Sr.  
42 Robson Souza (Assistente Administrativa do CILSJ); Sra. Aline Ribeiro, Sra. Vanessa  
43 Sotto, Sra. Yamara Figueiredo, Sr. Allan Barbosa (Analista Técnica do CILSJ); Sra.  
44 Keina Lopes (Técnica de Meio Ambiente do CILSJ) Sra. Thaisa Azevedo (Assessoria  
45 de Comunicação do CILSJ/CBHLSJ). **Convidados:** Sra. Suely F. Vidal (Associação de  
46 Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos – ASAERLA); Sr. José Luiz Mallmann  
47 (Observatório Social do Brasil – São Pedro da Aldeia e Região dos Lagos); Sr. Bruno  
48 Perrota (Ordem dos Advogados do Brasil – 48 Subseção de São Pedro da Aldeia). A  
49 Sra. Adriana Saad iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e informou que o

50 objetivo do encontro era a apresentação e aprovação da Programação Anual de  
51 Atividades e Desembolso (PAAD) do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João  
52 para o ano de 2026, esclarecendo que toda a documentação referente ao item de pauta  
53 havia sido previamente encaminhada por e-mail. Comentou que a programação foi  
54 elaborada com base nas demandas apresentadas pelas câmaras técnicas, subcomitês e  
55 Diretoria Colegiada. Informou, ainda, que a entidade delegatária elaborou uma tabela  
56 única e simplificada, de fácil visualização, em atendimento à recomendação do Sr.  
57 Fernando Barbosa, realizada na reunião plenária de 15 de novembro de 2025,  
58 orientando que os membros concentrassem sua atenção, principalmente, nos saldos  
59 disponíveis para aplicação em novos projetos das rubricas existentes. Na sequência,  
60 passou a palavra ao Sr. Mário Flávio, Diretor que substituiu o Presidente do CBHLSJ na  
61 ocasião, tendo em vista que o mesmo não pôde participar da reunião por estar em  
62 viagem acompanhando seu filho, por questões de saúde. O Sr. Mário Flávio corroborou  
63 a fala da Sra. Adriana Saad, ressaltando que os valores constantes na minuta da  
64 resolução apresentada refletiam o que foi discutido nas instâncias do Comitê, não se  
65 tratando de definição adotada unilateralmente pela entidade delegatária. Destacou que  
66 aquele momento era oportuno para que os membros realizassem eventuais  
67 remanejamentos de recursos entre rubricas, caso assim desejassem, salientando que, ao  
68 longo do ano, tais ajustes não seriam possíveis, salvo em situações emergenciais. Em  
69 seguida, passou a palavra à Sra. Cláudia Magalhães, que iniciou a apresentação da  
70 minuta da resolução que aprova a Programação Anual de Atividades e Desembolso do  
71 CBHLSJ para o ano de 2026. Reiterou que todas as propostas de contratação constantes  
72 nas tabelas haviam sido debatidas nas instâncias do Comitê e que os valores  
73 identificados como “comprometidos” não poderiam ser alterados. Informou que, para o  
74 ano de 2026, havia uma novidade quanto ao custeio da entidade delegatária,  
75 esclarecendo que, até 2025, esse custeio era proveniente de duas fontes de recursos,  
76 sendo eles, os recursos previstos no Plano de Aplicação Plurianual – PAP e a  
77 Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Geração de Energia  
78 Hidrelétrica – CFURH. Nesse momento, a Sra. Adriana Saad solicitou a palavra para  
79 esclarecer que os recursos da CFURH eram pagos ao INEA pelo setor elétrico do  
80 Estado do Rio de Janeiro e posteriormente divididos entre o INEA e os comitês de bacia  
81 hidrográfica fluminenses, com a finalidade de custear as despesas operacionais das  
82 entidades delegatárias. Relatou que havia um problema relacionado ao excesso de  
83 demandas de projetos frente a um corpo técnico reduzido da entidade delegatária, o que  
84 vinha gerando insatisfação por parte do plenário do Comitê. Ressaltou que essa situação  
85 não era exclusiva do CILSJ, sendo enfrentada também por outros comitês. Informou  
86 que, para solucionar esse problema, as entidades delegatárias e os comitês realizaram  
87 forte articulação institucional, resultando na formalização, por meio de resolução do  
88 INEA, da possibilidade de custear todas as despesas relacionadas à equipe técnica  
89 diretamente pelas fontes de projetos, desonerando o custeio administrativo da entidade  
90 delegatária. Com isso, foi possível ampliar o corpo técnico para melhor atendimento ao  
91 Comitê, cuja equipe seria apresentada ao final da reunião. Destacou a importância de  
92 contar com uma equipe técnica competente e confiável, de modo a permitir a assinatura  
93 de documentos e contratos com segurança, elogiando a equipe atualmente contratada. O  
94 Sr. Mário Flávio questionou sobre a situação dos técnicos quando os recursos das  
95 rubricas responsáveis pelo pagamento de seus respectivos salários se esgotassem. A Sra.  
96 Cláudia Magalhães esclareceu que, com a resolução do INEA, os técnicos não ficariam  
97 vinculados a rubricas específicas, informando que esse ponto seria detalhado  
98 posteriormente. A Sra. Cláudia Magalhães retomou a palavra e deu continuidade à

99 apresentação da minuta da resolução, reiterando que todas as despesas relacionadas à  
100 equipe técnica que atende ao Comitê seriam custeadas pela fonte de investimentos.  
101 Informou que as assessorias técnicas, como a assessoria de comunicação, também  
102 seriam pagas por essa mesma fonte. Esclareceu que, para viabilizar esses pagamentos,  
103 seria realizado rateio dos saldos das aplicações financeiras, de forma proporcional aos  
104 valores das respectivas rubricas do PAP. Explicou que o contrato de gestão estabelece  
105 que a PAAD deve conter o detalhamento de todas as atividades a serem desenvolvidas  
106 pela entidade delegatária no exercício. Diante disso, apresentou as atividades previstas  
107 para 2026, rubrica a rubrica, destacando as previsões de contratação e de desembolso  
108 para o ano. Ressaltou que os valores apresentados não correspondiam ao saldo total  
109 disponível em conta, mas sim ao montante que a entidade delegatária conseguiria  
110 contratar e desembolsar no exercício de 2026, considerando que nem tudo o que fosse  
111 contratado seria desembolsado no mesmo ano, em razão da vigência de alguns projetos  
112 ultrapassar o exercício fiscal. Chamou atenção para a atividade relacionada ao  
113 atendimento das obrigações do Contrato de Gestão, informando que a entidade  
114 delegatária deveria apresentar até 31 de janeiro o relatório de execução, acompanhado  
115 de diversos documentos contábeis, jurídicos e administrativos que comprovassem a  
116 execução das atividades previstas, destacando tratar-se de trabalho exaustivo e que  
117 demandava tempo, atenção e cuidado. Informou, ainda, que até o mês de março a  
118 entidade delegatária deveria elaborar e encaminhar ao INEA e ao Tribunal de Contas o  
119 relatório de progresso e a prestação de contas, também de forma detalhada. Ao abordar  
120 a rubrica de Instrumentos de Gestão, destacou o projeto de manutenção e atualização do  
121 Sistema de Informações Geográficas – SIGA São João, informando que foi contratada  
122 profissional específica para alimentação do sistema e que estava prevista, no início de  
123 2026, a realização de capacitação para os membros do Comitê, com apresentação das  
124 atualizações realizadas. Na sequência, passou-se à atividade referente à outorga dos  
125 direitos de uso dos recursos hídricos, ocasião em que a Sra. Adriana Saad esclareceu  
126 que essa atividade constituía obrigação legal do Comitê, prevista na legislação de  
127 recursos hídricos, assim como os demais instrumentos de gestão, tais como a  
128 atualização do plano de bacia e o enquadramento dos corpos hídricos, além da  
129 obrigatoriedade legal de destinação mínima de 20% dos recursos para saneamento.  
130 Informou que, no âmbito da outorga, o Comitê realizaria exercício visando ao aumento  
131 do valor do Preço Público Unitário – PPU, com o objetivo de ampliar a arrecadação e,  
132 consequentemente, os recursos disponíveis para investimento, destacando que o  
133 CBHLSJ se encontrava com o PPU defasado em relação a outros comitês. Mencionou  
134 que o CBH Macaé e Ostras estava realizando estudo da cobrança e que a entidade  
135 delegatária já possuía escopo que poderia ser replicado para o CBHLSJ, caso houvesse  
136 aprovação. Destacou, ainda, que outro instrumento obrigatório que o Comitê não vinha  
137 executando era o enquadramento dos corpos hídricos, sendo importante a realização de  
138 revisão, ainda que mantido o enquadramento vigente. A Sra. Dalva Mansur (Instituto de  
139 Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável - IPEDS) manifestou que a  
140 principal questão não era o valor cobrado das concessionárias, mas sim o valor cobrado  
141 do setor agrícola, considerado irrisório em comparação ao impacto gerado pela captação  
142 de água. A Sra. Adriana Saad reforçou que a realização de estudo específico permitiria  
143 apontar essas distorções, bem como identificar usuários que não efetuavam o pagamento  
144 da outorga. A Sra. Marcela Bonelli (Associação de Moradores e Amigos do Mato  
145 Grosso – AMAMG) questionou qual seria a instância responsável por tratar da revisão  
146 do enquadramento dos corpos hídricos, tendo a Sra. Adriana Saad informado que o  
147 Comitê criaria grupo de trabalho específico para esse fim, com a finalidade de elaborar

148 escopo para contratação de empresa especializada responsável pelo estudo de revisão. A  
149 Sra. Cláudia Magalhães deu seguimento à apresentação e abordou a solicitação da Sra.  
150 Gisela, do ICMBio, que pediu a retirada da linha referente ao Projeto ACQUA – Fase  
151 II, por não se tratar de atividade do CBHLSJ. Esclareceu que os recursos do Termo de  
152 Ajustamento de Conduta (TAC) destinados à execução do projeto não estavam  
153 contemplados no Plano de Investimentos e que a solicitação não foi atendida porque a  
154 equipe técnica que acompanhou e continuaria acompanhando a execução do projeto era  
155 contratada pelo CBHLSJ, assim como a equipe administrativa responsável pela  
156 elaboração da documentação, instrução processual e licitações necessárias às  
157 contratações e aquisições. Informou que, para fins de planejamento das atividades da  
158 equipe técnica e administrativa, o Projeto ACQUA deveria constar na tabela de  
159 atividades, uma vez que demandaria tempo dos profissionais envolvidos, esclarecendo  
160 que o Comitê não aportaria recursos diretamente no projeto, mas prestaria apoio  
161 indireto, razão pela qual a atividade estava prevista na PAAD. Em seguida, abordou a  
162 rubrica de saneamento, comentando brevemente a situação dos projetos em andamento e  
163 contratados, explicitando os desafios e dificuldades enfrentados. Nesse momento, a Sra.  
164 Edna Calheiros (Associação das Mulheres Empreendedoras Acontecendo em  
165 Saquarema - AMEAS) questionou sobre a situação do projeto de Charqueado, no  
166 município de Saquarema, tendo a Sra. Adriana Saad informado que a Prefeitura  
167 declinou do projeto e que os recursos retornaram para a conta única de saneamento. A  
168 Sra. Talita de Castro (Ordem dos Advogados do Brasil – 48 Subseção de São Pedro da  
169 Aldeia) solicitou que fosse disponibilizado o Termo de Ajustamento de Conduta nº  
170 68/2025 (01/2010/MPF/PRM-SG-RJ/GAB/LCJ), citado em nota explicativa  
171 disponibilizada, para análise. A Sra. Adriana Saad esclareceu que referido TAC tratava  
172 do Projeto ACQUA, de titularidade do ICMBio, celebrado entre ICMBio, CILSJ e  
173 Ministério Público, existente desde 2014, e que todas as decisões relacionadas ao  
174 projeto dependiam de autorização do ICMBio. A Sra. Cláudia Magalhães acrescentou  
175 que toda a documentação estaria disponível no site para acesso público. Na sequência,  
176 deu continuidade à apresentação, abordando a rubrica de restauração ecológica, ocasião  
177 em que o Sr. Francisco Guimarães (Associação dos Pescadores Artesanais e Sentinelas  
178 da Laguna Araruama - APASLA) apontou a ausência de projetos relacionados ao  
179 reflorestamento das faixas marginais de proteção da Lagoa de Araruama. A Sra.  
180 Adriana Saad respondeu que ainda havia recursos disponíveis na rubrica para  
181 apresentação de propostas de projetos no âmbito da câmara técnica correspondente. O  
182 Sr. Ricardo Guadagnin (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro -  
183 FIRJAN) destacou que a proposta do Seminário de Restauração Florestal tinha como  
184 objetivo ouvir todos os pleitos apresentados pelos membros e demais interessados, com  
185 a finalidade de consolidar um plano de ação com embasamento científico e técnico,  
186 incluindo o mapeamento de todas as áreas que necessitavam de intervenção, bem como  
187 a identificação das áreas prioritárias, de modo a permitir a alocação dos recursos com  
188 maior qualidade e eficiência. O Sr. Francisco Guimarães manifestou que considerava o  
189 recurso disponível para essas ações muito reduzido frente às demandas da Região  
190 Hidrográfica VI (RH VI) e que essa situação deveria ser revista. A Sra. Adriana Saad  
191 solicitou que o tema fosse retomado posteriormente, quando seriam discutidos os  
192 remanejamentos de recursos entre as rubricas. O Sr. Felipe Sarquis (Associação de  
193 Moradores e Amigos do Mato Grosso – AMAMG) comentou sobre o projeto de  
194 manguezal, informando que foi realizada apresentação prévia na Câmara Técnica de  
195 Restauração Florestal, sem discussão de valores, e questionou como a entidade  
196 delegatária chegou ao valor de R\$ 300 Mil apresentado na minuta de resolução. A Sra.

197 Cláudia Magalhães respondeu que o valor se tratava de sugestão, não estando embasado  
198 em orçamentos formais, e que poderia ser alterado. A Sra. Aline Ribeiro (Analista  
199 Técnica do CILSJ) esclareceu que o escopo do projeto foi elaborado e apresentado à  
200 Câmara Técnica de Restauração Florestal e que, na ocasião, foi sugerida a inclusão de  
201 mapeamento do INEA, de modo que o Comitê pudesse complementar as áreas  
202 identificadas, razão pela qual o escopo seria revisado e reapresentado à referida câmara  
203 técnica para apreciação. O Sr. Emídio Fernandes (Prefeitura Municipal de Arraial do  
204 Cabo) sugeriu articulação com as prefeituras visando à soma de esforços para execução  
205 de projetos de reflorestamento. A Sra. Dalva Mansur reforçou a importância do  
206 mapeamento das áreas que já haviam sido reflorestadas pelo próprio Comitê e por  
207 outros órgãos. Continuando a apresentação, a Sra. Cláudia Magalhães abordou a rubrica  
208 de educação ambiental e comunicação social, explicitando as atividades previstas. A  
209 Sra. Marcela Bonelli observou que algumas atividades não haviam sido previamente  
210 discutidas na Câmara Técnica de Educação Ambiental e Comunicação Social –  
211 CTEACOM, questionando a origem da demanda e se tais propostas ainda seriam  
212 apreciadas pela instância. A Sra. Cláudia Magalhães esclareceu que as demandas  
213 partiram da Diretoria Colegiada e que os respectivos escopos ainda seriam submetidos à  
214 CTEACOM para análise. A Sra. Marcela Bonelli informou que havia encaminhado à  
215 entidade delegatária proposta de projeto de educação ambiental para o município de  
216 Saquarema, intitulada “Comitê nas Escolas”, questionando se a ausência da proposta na  
217 Programação apresentada se deu pelo fato de ainda não ter sido discutida na  
218 CTEACOM. A Sra. Cláudia Magalhães sugeriu que a questão fosse retomada  
219 posteriormente, no momento destinado à discussão de remanejamentos de recursos e  
220 apresentação de novas propostas. A Sra. Cláudia Magalhães deu continuidade à  
221 apresentação, abordando as atividades previstas na rubrica “Demais Investimentos da  
222 Bacia”, que contemplava ações relacionadas a usos múltiplos, pesca e gerenciamento  
223 costeiro. Em seguida, apresentou a tabela demonstrativa dos recursos do Plano de  
224 Investimentos – Ano IV – 2026, destacando os saldos disponíveis em cada rubrica que  
225 não estavam comprometidos com nenhuma ação, os quais poderiam ser aplicados em  
226 novos projetos, bem como a distribuição do orçamento e a descrição das fontes  
227 orçamentárias. Na sequência, abordou o plano de trabalho da entidade delegatária,  
228 informando que, para o ano de 2026, a proposta de valor total do custeio seria de R\$  
229 2.891.537,29, sendo R\$ 1.522.904,64 provenientes do custeio administrativo e R\$  
230 1.368.632,65 oriundos das despesas finalísticas (Investimento), detalhando cada despesa  
231 e seus respectivos valores. Destacou que, desse montante total, R\$ 1.292.904,64 já  
232 estavam garantidos por serem oriundos da CFURH e do PAP, e que a plenária deveria  
233 deliberar sobre a aprovação do valor complementar de R\$ 1.598.632,65, sendo R\$  
234 230.000,00 provenientes da Conta CUTE e R\$ 1.368.632,65 da conta de investimentos.  
235 Esclareceu que o valor a ser retirado da conta de investimentos seria descontado  
236 proporcionalmente entre as rubricas, conforme o valor aportado em cada uma, e que  
237 esse desconto não ocorreria de forma integral e imediata, mas de maneira gradual, à  
238 medida que as despesas fossem sendo executadas. A Sra. Marcela Bonelli manifestou  
239 entendimento de que seria mais adequado que as despesas de cada técnico fossem  
240 custeadas pela rubrica à qual estivessem vinculados, citando como exemplo que os  
241 técnicos de saneamento deveriam ser pagos pela rubrica de saneamento. A Sra. Adriana  
242 Saad e a Sra. Cláudia Magalhães esclareceram que os analistas técnicos contratados  
243 atuavam de forma transversal, em diversas áreas e frentes de trabalho, razão pela qual  
244 foi proposta a metodologia de rateio entre as rubricas, informando que o custo anual de  
245 um único técnico girava em torno de R\$ 130 Mil e que, caso fosse adotada a lógica

246 sugerida, seria necessária a contratação de um técnico para cada rubrica, o que oneraria  
247 excessivamente o plano de trabalho. A Sra. Cláudia Magalhães exemplificou que havia  
248 proposta de contratação de profissional especializado em pedagogia para atuação  
249 preferencial em projetos de educação ambiental e que, caso fosse adotada a lógica  
250 apresentada pela Sra. Marcela Bonelli, o valor integral de aproximadamente R\$ 130 Mil  
251 deveria ser descontado exclusivamente da rubrica de educação ambiental, enquanto a  
252 proposta da entidade delegatária previa o desconto proporcional de cerca de R\$ 31 Mil.  
253 A Sra. Marcela Bonelli manifestou que não considerava o profissional pedagogo o mais  
254 adequado para atuação em projetos de educação ambiental. A Sra. Cláudia Magalhães  
255 respondeu que o tema seria debatido em momento oportuno. A Sra. Marcela Bonelli  
256 concordou e agradeceu pelos esclarecimentos. Na sequência, a Sra. Cláudia Magalhães  
257 apresentou a tabela com a previsão de reuniões e eventos a serem realizados pelo  
258 CBHLSJ no ano de 2026, totalizando 75 reuniões e eventos. A Sra. Adriana Saad  
259 ressaltou a importância de que fosse estabelecido número realista e exequível, uma vez  
260 que o cumprimento dessa meta integrava o Contrato de Gestão e impactava diretamente  
261 a avaliação do CILSJ, sendo que o não cumprimento poderia acarretar penalizações e  
262 risco de perda da delegação. A Sra. Cláudia Magalhães finalizou a apresentação da  
263 minuta da resolução e, em seguida, projetou os saldos totais de cada rubrica que ainda  
264 não estavam comprometidos, com a finalidade de subsidiar a discussão e deliberação  
265 dos membros quanto à destinação desses recursos. A Sra. Adriana Saad destacou que,  
266 ao longo do exercício de 2026, caso surgissem novas demandas, esses saldos poderiam  
267 ser realocados. Ao tratar da rubrica Instrumentos de Gestão, a Sra. Cláudia Magalhães  
268 informou que havia saldo disponível de R\$ 731.599,36, sugerindo a alocação desse  
269 recurso para a implantação do Programa de Regularização pelo Uso da Água,  
270 considerando orientação do INEA no sentido de que os comitês deveriam intensificar  
271 ações relacionadas à outorga e à cobrança. A Sra. Marcela Bonelli questionou se seriam  
272 realizadas ações relacionadas ao enquadramento dos corpos hídricos, tendo a Sra.  
273 Adriana Saad informado que a proposta era não executar essa ação em 2026, em razão  
274 da insuficiência de recursos, destacando que o Comitê deveria priorizar uma ação por  
275 vez. Na sequência, a Sra. Cláudia Magalhães abordou a rubrica de Monitoramento de  
276 Corpos Hídricos, informando que havia proposta de aporte de R\$ 50 Mil para aquisição  
277 de uma sonda multiparâmetro e de R\$ 70 Mil para a realização de um Seminário de  
278 Monitoramento da Região Hidrográfica VI, permanecendo saldo aproximado de R\$  
279 1.300.000,00 para alocação conforme deliberação da plenária. A Sra. Adriana Saad  
280 solicitou a inversão dos valores propostos, de modo que a aquisição da sonda fosse no  
281 valor de R\$ 70 Mil e o seminário no valor de R\$ 50 Mil. Aproveitou a oportunidade  
282 para informar que o CILSJ, com apoio do Sr. Arnaldo Villa Nova, estava realizando  
283 levantamento de todos os dados de monitoramento existentes na Região Hidrográfica  
284 VI, produzidos por diferentes instituições, tais como INEA, Prolagos e ICMBio, com o  
285 objetivo de consolidar essas informações no SIGA São João, esclarecendo que tal  
286 trabalho seria apresentado no Seminário de Monitoramento e que a intenção do Comitê  
287 era complementar os monitoramentos já existentes. O Sr. Arnaldo Villa Nova  
288 (Associação de Defesa da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa) corroborou as  
289 informações, explicando sobre o programa de monitoramento já executado pelo Comitê  
290 e sobre o Projeto ACQUA, destacando que a proposta era integrar e coordenar os  
291 monitoramentos existentes, de modo que se complementassem e atendessem às  
292 necessidades da RH VI. A Sra. Carolina Mazieri (Cidadania Buziana) questionou sobre  
293 o monitoramento de vazão dos corpos hídricos, sendo informado que o INEA já  
294 realizava esse monitoramento e que os pontos monitorados poderiam ser consultados no

295 SIGA São João, esclarecendo-se que eventuais propostas de inclusão de novos pontos  
296 deveriam ser apresentadas ao Comitê para análise. Em relação à consolidação dos dados  
297 de monitoramento, o Sr. Emídio Fernandes informou que a Prefeitura se colocava à  
298 disposição, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, para apoiar o trabalho no que  
299 fosse necessário. A Sra. Cláudia Magalhães deu continuidade abordando novamente a  
300 rubrica de saneamento, informando que havia saldo aproximado de R\$ 3 Milhões  
301 disponível para aporte em novos projetos. O Sr. Francisco Guimarães manifestou que  
302 considerava necessário destinar mais recursos para ações de reflorestamento, educação  
303 ambiental e monitoramento, em razão das diversas demandas relevantes existentes  
304 nessas áreas, propondo o remanejamento de R\$ 2 Milhões da rubrica de saneamento,  
305 sendo R\$ 1 Milhão destinados ao reflorestamento, R\$ 500 Mil à educação ambiental e  
306 R\$ 500 Mil ao monitoramento, proposta que foi aprovada pela maioria dos membros  
307 presentes. Na sequência, a Sra. Cláudia Magalhães abordou a rubrica “Demais  
308 Investimentos na Bacia”, que contemplava ações relacionadas a usos múltiplos, pesca e  
309 gerenciamento costeiro, informando que ainda havia saldo disponível de R\$ 413 Mil  
310 para alocação em novos projetos. O Sr. Felipe Serpa (Associação Comercial, Turística,  
311 Industrial e Agrícola de São Pedro da Aldeia - ACIASPA) questionou qual seria o  
312 melhor encaminhamento para que determinadas demandas fossem levadas à Plenária,  
313 manifestando, juntamente com a Sra. Carolina Mazieri, insatisfação quanto ao fato de  
314 alguns coordenadores de câmaras técnicas vetarem o prosseguimento de determinadas  
315 demandas, entendendo que tal atribuição não competia a esses coordenadores. O Sr.  
316 Francisco Guimarães explicou o fluxo de tramitação das demandas, sendo ponderado  
317 pela Sra. Carolina Mazieri que nem todos os coordenadores seguiam esse procedimento.  
318 O Sr. Francisco Guimarães acrescentou que, caso os coordenadores não estivessem  
319 dando os devidos encaminhamentos às demandas apresentadas, caberia aos coordenados  
320 solicitar à Diretoria a destituição do respectivo coordenador do cargo. A Sra. Adriana  
321 Saad informou que não possuía autonomia para responder ao questionamento do Sr.  
322 Felipe Serpa naquele momento e que levaria o pleito à Diretoria Colegiada do CBHLSJ,  
323 comprometendo-se a retornar posteriormente com posicionamento. A Sra. Irene Mello  
324 (Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João - ALA) chamou a atenção  
325 dos membros para reflexão sobre o fato de que a maioria dos coordenadores integrava a  
326 Diretoria, observando que pessoas externas teriam dificuldade em concorrer às  
327 coordenações, por se tratar de grupo restrito, sugerindo que os projetos fossem  
328 encaminhados à Plenária conforme ordem cronológica de apresentação. Não havendo  
329 mais manifestações, procedeu-se à votação da minuta da resolução apresentada, tendo  
330 sido a mesma aprovada por unanimidade dos membros presentes. Não havendo outros  
331 assuntos a serem tratados, a reunião foi encerrada. Deste modo, eu, Samara M. P. da H.  
332 Barros, lavro a presente Ata, para que, depois de lida, aprovada pelos membros do  
333 Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João e assinada pelo Presidente do Comitê de  
334 Bacia Hidrográfica Lagos São João, produza seus efeitos legais. São Pedro da Aldeia,  
335 08 de abril de 2026.



Assinado digitalmente na ZapSign por  
Jailton Dias Nogueira Junior  
Data: 09/04/2026 08:38:46.797 (UTC-0300)

**JAILTON DIAS NOGUEIRA JUNIOR**  
Presidente do CBH Lagos São João

# Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 ( America/Sao\_Paulo)

Última atualização em 09 Abril 2026, 08:38:47

**Status:** Assinado

**Documento:** Ata Da Reunião De Plenária 15-12-25.Pdf

**Número:** 921f8902-e8c3-4ac0-ae01-8ecc9c02f472


**Data da criação:** 09 Abril 2026, 08:31:05

**Hash do documento original (SHA256):** 7ea057c2e7913575ee9672be24ce86be92eeef32c605d54f4417f96a4502ada0



## Assinaturas

1 de 1 Assinaturas

<p>Assinado  via ZapSign by Truora</p> <p><b>JAILTON DIAS NOGUEIRA JUNIOR</b> Data e hora da assinatura: 09/04/2026 08:38:46 Token: a39f829a-e662-4a50-9b01-6876d1d62bd9</p>	<p>Assinatura</p>  <p>Jailton Dias Nogueira Junior</p>
<p><b>Pontos de autenticação:</b> Telefone: 5522988351511 E-mail: jailtonmar@yahoo.com.br</p>	<p>IP: 177.26.86.180 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Linux; Android 10; K) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) SamsungBrowser/29.0 Chrome/136.0.0.0 Mobile Safari/537.36</p>

## INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 921f8902-e8c3-4ac0-ae01-8ecc9c02f472, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em [zapsign.com.br](https://zapsign.com.br)